

*A Administração Pública na Era Global — Desafios e Oportunidades**

*Antoinette A. Samuel***

A ASPA é uma associação não lucrativa, composta de aproximadamente 9500 membros, sediada nos Estados Unidos da América. Fundada em 1939, a ASPA abrange todas as áreas da Administração Pública, incluindo os serviços públicos profissionais, as áreas académicas e a gestão não lucrativa.

As nossas duas principais publicações são: Public Administration Review (PAR) e PA Times, que constituem os principais recursos para as informações mais avançadas relacionadas com a teoria e a prática no campo da Administração Pública. Levando em conta a necessidade de fornecer extensamente um networking para os funcionários públicos, a ASPA é também a associação mais respeitada que representa todos os níveis da Administração Pública nos Estados Unidos da América.

Além disso, A ASPA, como um espaço de estudo, de pesquisa e de prática, assume a estratégia de expandir o nosso papel e as nossas responsabilidades no campo internacional da Administração Pública. A nossa convicção é: “A ASPA é uma Sociedade Norte-Americana para a Administração Pública e não uma Sociedade para a Administração Pública Norte-Americana”. Este compromisso apoia e promove o consenso da Administração Pública e permite nós e os participantes desta conferência sermos parceiros estratégicos. Nós estamos aqui para trocarmos ideias e aprendermos mutuamente.

O desenvolvimento e a expansão da teoria e da prática da Administração Pública são um fenómeno global. O desenvolvimento internacionalizado das áreas da Administração Pública traz desafios e oportunidades. A ASPA está disposta a desempenhar um papel estratégico na prossecução dum consenso de desenvolvimento de uma Administração Pública global, eficaz e responsável. Eis algumas vias para atingirmos este objectivo:

* Discurso na segunda edição da Conferência Internacional «Administração pública para o século XXI: Oportunidades e Desafios».

** Presidente do Conselho Executivo de American Society for Public Administration.

Existem 15 memorandos de entendimento (MOUs) assinados com organizações internacionais do mundo inteiro, como o Chinese Public Administration Society. A finalidade destes acordos é concretizar cooperações e intercâmbios bilaterais.

Em Março de cada ano, a ASPA publica um suplemento internacional especial na PA Times que foca, de uma perspectiva internacional, os desafios e as soluções na Administração Pública.

O nosso objectivo é compartilhar as experiências norte-americanas com os gestores públicos internacionais de outros países.

Oferecemos serviços de tradução de revistas norte-americanas da área da Administração Pública.

A ASPA concede um estatuto especial aos membros internacionais – membro de uma comunidade *on line*.

Por último, asseguramos fazer ouvir uma voz internacional nas nossas conferências, publicações, discussões sobre o desenvolvimento futuro, destacando a ASPA como uma instituição.

Com estes esforços, a ASPA tenta reconhecer os desafios vindos de fora da nossa área que é a Administração Pública. Nós reconhecemos que as soluções aos desafios dependem cada vez mais das parcerias internacionais a ser criadas, da partilha global das experiências e do grau da cooperação internacional, baseada no respeito mútuo.

De acordo com os pontos fulcrais desta conferência, a ASPA identifica os seguintes problemas como os desafios que a Administração Pública enfrenta:

Liberdades individuais *versus* poder administrativo, isto é, como resolver o relacionamento entre o sector privado e o sector público. Numa sociedade moderna, as pessoas inclinam-se a distinguir o sector público do sector privado, porque no caso da não distinção entre o sector público e o sector privado, os cidadãos não podem ter uma verdadeira autonomia. A autonomia dos cidadãos caracteriza-se por possuir os seus interesses individuais independentes de outros indivíduos ou grupos. No caso da não distinção entre o sector público e o sector privado, os próprios interesses individuais dos cidadãos acabam por ser indiferentemente diluídos nos interesses públicos, dando lugar assim à impossibilidade de ter posições independentes que se baseiam nos seus próprios interesses. A clara

distinção entre o sector público e o sector privado constitui um símbolo de uma sociedade aperfeiçoada. Um processo histórico objectivo tem separado o sector público do sector privado. Apesar de o sector público e o sector privado já se terem transformado em áreas diferentes, e existir uma plena consciência dos cidadãos sobre as liberdades de cidadania, mesmo assim, importa criar regimes institucionais para prevenir agressões por parte do sector público contra as liberdades dos cidadãos.

Necessidade de colaboração e cooperação entre os estudiosos e os gestores públicos na resolução dos problemas da Administração Pública, isto é, procurar um ponto de integração entre a teoria e a prática. A nível teórico, os principais sucessos dos estudiosos da Administração Pública residem na criação e desenvolvimento do modelo teórico da Administração Pública. No entanto, os estudiosos da Administração Pública não devem ser apenas criadores de teorias vãs; eles precisam de resolver os problemas reais, através de experiências e observações. Qualquer teoria sem ser provada pela prática não deixa de ser uma suposição. Simultaneamente, os executores, isto é, os gestores públicos da Administração Pública não podem privar-se das orientações teóricas dos estudiosos da Administração Pública. Os teóricos da Administração Pública e os seus executores têm o mesmo objectivo de procurar soluções para os problemas públicos. Só com base na comunicação e cooperação entre ambas as partes é que cada uma pode levar a bom porto a sua missão.

Desenvolvimento económico estadual e local e respeito pelas leis locais, isto é, tratar do relacionamento entre os poderes central e locais; por outras palavras, ao mesmo tempo que se defende a autoridade do Poder Central, promove-se o desenvolvimento local. Partindo da necessidade da concorrência internacional, por um lado, o Poder Central deve reforçar o seu controlo sobre os poderes locais e, por outro, o Poder Central deve alargar a sua cooperação com os poderes locais. À medida do desenvolvimento social for mais intenso, entre os governos central e locais, sobretudo os das grandes metrópoles, haverá cada vez mais interesses comuns, o que requer que o poder central alargue a sua cooperação com os poderes locais. Esta cooperação tanto serve para atenuar os possíveis conflitos entre os poderes central e locais, como contribui para que os poderes locais compartilhem com o poder central algumas dificuldades que este enfrenta. A chave reside em tratar da questão do grau, isto é, até que ponto o poder central autoriza os poderes locais a terem a sua autonomia.

Desenvolvimento da liderança e planeamento de sucessão, isto é, as instituições governamentais e os seus funcionários devem prestar atenção à aprendizagem quanto à formação da sua capacidade de gestão. O Governo é dos cidadãos. É o representante e defensor dos interesses dos cidadãos; por isso, uma das funções chave do Governo é responder atempadamente às exigências dos cidadãos. Para um governo moderno, responder atempadamente às necessidades populares não é só uma exigência da democracia política, mas também uma sublime missão da Administração Pública. Se um Governo se revelar insensível ou moroso nas respostas perante os interesses e as necessidades populares, acabará por provocar descontentamento popular contra ele próprio, originando uma crise de confiança no Governo; por isso, a sensibilidade para as necessidades populares, e a capacidade para responder constituem um importante aspecto das capacidades governamentais de um governo moderno. A organização da aprendizagem visa uma eficácia organizativa continuada, a própria sobrevivência e o desenvolvimento duma organização. Durante o processo de adaptação, devem introduzir-se reajustes nas crenças básicas, atitudes, comportamentos, estruturas e modelos para conseguir uma capacidade de melhoramento continuado para os diferentes problemas. A sociedade moderna é chamada de “sociedade de conhecimentos”. Como tal, toda a espécie de novos conhecimentos, novos conceitos e novas técnicas e tecnologias surgem constantemente. Numa sociedade de conhecimentos, como aprender, assimilar, criar e aplicar eficientemente os conhecimentos constitui uma exigência que uma sociedade de conhecimentos requer de um Governo moderno, que é também um desafio para as capacidades de um Governo. Simultaneamente, o grau de organização da aprendizagem do Governo, sobretudo a aprendizagem de novos conhecimentos, exerce impactos vitais para a renovação da gestão governativa e para o desenvolvimento organizativo.

Concretização da ética administrativa. A ética da Administração Pública constitui uma questão muito importante dos estudos da Administração Pública, representando também um grande avanço nas reformas administrativas e na construção do novo modelo administrativo. A ética da Administração Pública pode incluir dois aspectos: Primeiro, a ética dos regimes do sector público, isto é, a conotação ética dos regimes jurídicos, que fornecem espaços de concretização da ética de modo a promover os princípios éticos que devem ser seguidos pelos funcionários administrativos nas actividades da Administração Pública. Segundo, a

ética dos funcionários públicos que constituem o corpo da Administração Pública. Como tal, os funcionários públicos devem partir dos princípios éticos nos seus actos de Administração Pública, manter o espírito ético e insistir nos valores éticos para poderem tratar com equidade o relacionamento entre eles e o Governo, entre os colegas e os cidadãos.

Gestão de emergências e crises. Na actual sociedade, devido à sinergia entre os mais variados factores, a possibilidade de calamidades e crises cresce exponencialmente e aumenta o grau dos danos das calamidades e crises; por isso, a gestão das crises torna-se um problema que todos os governos modernos enfrentam. Por gestão governativa das crises entende-se, sob a direcção e participação directa dos dirigentes de alto nível, da regulação de leis, regimes e políticas, do apoio dos recursos e através da um integração dos mecanismos e processos de gestão científica e metodologias, eliminar, responder e dissolver as crises, de maneira a assegurar os interesses públicos e a segurança da vida e dos bens do povo para poder ter um funcionamento normal e um desenvolvimento sustentável social. A gestão de crises constitui uma prova à capacidade e eficiência de uma organização governativa e representa um aspecto muito importante da capacidade governativa de um governo.

Necessidade de integração entre a Administração Pública e as habiliidades interdisciplinares. As ciências da Administração Pública, em comparação com outras ciências, têm uma história relativamente curta, mas tem um âmbito muito amplo e complexo, que constitui uma ciência interdisciplinar, que tem vindo a assimilar os resultados positivos de outras ciências para encontrar o seu próprio desenvolvimento. Como tal, esta ciência possui uma característica geral de assimilação de outras ciências. Durante o seu processo de formação, a ciências da Administração Pública têm recebido influências das ciências jurídicas, políticas, económicas, sociológicas, psicológicas, matemáticas, informáticas e da engenharia de sistemas, entre outras ciências. Com base na assimilação e integração dos conhecimentos interdisciplinares, além das ciências da Administração Pública, têm surgido as ciências jurídicas administrativas, as ciências da organização pública, as ciências de decisão do sector público, as ciências das políticas públicas, as ciências de gestão dos recursos humanos do sector público e as ciências de liderança administrativa, entre outras disciplinas, que acabam por se tornar num agrupamento interdisciplinar de ciências.

Impactos da privatização e reestruturação do governo. O desenvolvimento da economia de mercado e a renovação dos métodos técnicos e tecnológicos tem eliminado parcialmente a exclusividade e a concorrência dos serviços públicos, fazendo com que o seu monopólio baixe paulatinamente, criando assim condições para a privatização de serviços públicos e reestruturação do Governo. Este, a partir de reflexões sobre a sua ética e as suas responsabilidades, deve assumir sem recompensa os projectos que fornecem serviços de utilidade pública e sem retorno, que são meros produtos públicos; por exemplo, a elaboração das leis, o ensino básico e a construção das infra-estruturas que dizem directamente respeito à vida nacional e popular, pois que o resto dos serviços para-públicos pode ser fornecido através dos departamentos privatizados. Por isso, à excepção de alguns serviços públicos que devem ser fornecidos pelo Governo, a maioria dos serviços públicos pode ser eficazmente fornecida pelo sector privado, através de pagamento ou auto-serviço. A privatização dos serviços públicos não significa uma falta do papel governativo. Como promotor da privatização dos serviços públicos, o Governo deve desempenhar uma função completamente nova, que reside principalmente na participação, vigilância e orientação. Perante o processo de privatização e reestruturação do Governo, a função produtiva do Governo passa paulatinamente para o sector privado, fazendo com que as forças populares sejam libertadas e postas em prática de maneira a serem integradas no sistema da construção estatal e do desenvolvimento social, com o objectivo de transformar o modelo governativo unipolar numa estrutura de gestão interactiva entre o Governo, a sociedade e o mercado para atingir ao objectivo de uma boa governação.

Problemas emergentes relacionadas com a tecnologia e a Administração Pública. As inovações técnicas e tecnológicas têm contribuído para as mais variadas reformas sociais, o que constitui uma versão bem generalizada. É importante assinalar que as inovações técnicas e tecnológicas têm exercido grande influência sobre a gestão do Governo. A técnica e a tecnologia informáticas têm mudado grandemente a tradicional governação. O “escritório sem papelada”, o “escritório virtual” e o “EGoverno”, baseados em *networking*, têm surgido sucessivamente. As informações e os ofícios deixam de circular hierarquicamente dentro de uma organização, de cima para baixo, para serem partilhados em rede. À medida da divulgação do “EGoverno”, não só serão simplificados os complicados trâmites dos processos administrativos, reduzindo as estruturas

institucionais e aumentando a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços públicos, mas também contribuindo para melhorar a comunicação e a sinergia entre o Governo e os cidadãos, encurtando assim a distância entre ambas as partes, de modo a elevar a capacidade de resposta aos cidadãos. Sendo um novo meio de trabalho, a técnica informática em rede contribui eficazmente para elevar a eficiência e a qualidade dos trabalhos. Mais do que isso, a *networking* tem criado um sistema aplicado inter-regional e interdepartamental, dando assim origem à otimização e melhoramento dos trabalhos, ao ponto de lançar novas metodologias e ideias para simplificar a estrutura institucional, transformando-a numa nova oportunidade de elevar a qualidade e a eficiência dos trabalhos. A prática prova que o processo de *networking* constitui um processo reformista para otimizar e reorganizar a estrutura dos trabalhos e as reformas institucionais. A tradicional estrutura organizativa de tipo de pirâmide muda para um modelo plano, o que representa esta tendência.

Estamos a procurar soluções para estes desafios. Esperamos discutir e dialogar convosco. Durante esta conferência, discutiremos alguns destes desafios. Entretanto, o mais estimulante e encorajador é que discutamos e troquemos informações sobre a eficiência de algumas soluções para chegarmos a um consenso global relativamente a uma Administração Pública eficaz.

